

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE ÉVORA

PALÁCIO BARAHONA





PALAVRAS DE APRESENTAÇÃO

Instalado inicialmente, em 1 de Outubro de 1973, numa casa senhorial, sita no Largo das Alterações, contígua à torre armorejada de Alconchel ou de *Homenagem*, o Tribunal da Relação de Évora funciona actualmente, desde 26 de Novembro de 2007, no edifício conhecido por *Palácio Barahona*, em homenagem ao par do reino Francisco Eduardo de Barahona Fragoso Cordovil da Gama Lobo, que concluiu a sua construção, iniciada por José Maria Ramalho Dinis Perdigão, e o enriqueceu com uma notável colecção de obras de arte.

A manifesta exiguidade do espaço e a precariedade das condições de trabalho do edifício onde esteve instalado, durante cerca de trinta e quatro anos, conheceram o seu epílogo com a mudança do Tribunal para as novas instalações.

Com efeito, antes da sua transferência para o Palácio Barahona, o Tribunal da Relação de Évora, ao nível de instalações, não temia o confronto com os piores ou com alguns dos piores tribunais do país.

Com a sua mudança para o Palácio Barahona, o Tribunal da Relação de Évora rivaliza com os melhores tribunais do país, também em matéria de instalações.

Daí que a instalação do Tribunal da Relação de Évora no *Palácio Barahona* constitua um marco histórico na vida da Relação de Évora e, para mim, um momento de felicidade (mas não um motivo de glória pessoal, um pretexto para colher louros).

É de inteira justiça sublinhar a vontade séria do actual Ministério da Justiça, sobretudo de Sua Ex.^{cia} o Ministro da Justiça, Dr. Alberto Costa, em resolver o grave problema da flagrante carência de espaço e de funcionalidade de que dispunha o antigo edifício, instalando o Tribunal da Relação de Évora, no *Palácio Barahona*, edifício que dispõe das condições de trabalho, da dignidade e do desafio reclamados por um Tribunal Superior, vontade séria essa documentada no esforço, bem sucedido, de superação da adversidade de circunstâncias de índole diversa, mormente as consabidas restrições orçamentais, ditadas pelo desígnio de redução do défice orçamental, e a concorrência de um poderoso grupo económico interessado em instalar um hotel de *charme* no *Palácio Barahona*, e evidenciada pela aceitação da sugestão de instalar o Tribunal da Relação de Évora naquele edifício, apesar de confrontado com as referidas contrariedades.

A inauguração oficial das novas instalações está marcada para o dia 11 de Fevereiro de 2008 e será presidida por Sua Ex.^{cia} o Ministro da Justiça, Dr. Alberto Costa.

Para celebrar esse momento histórico, que se pretende solenizar, entendeu-se que a

divulgação da história do *Palácio Barahona* – a mais sumptuosa residência fidalga de arquitectura civil erigida em Évora nos tempos modernos, de estilo neoclássico, cujo projecto é da autoria do arquitecto-cenógrafo Giuseppe Luigi Cinatti, que nele implantou o monumental portal, de mármore branco de Estremoz, proveniente do Convento do Espinheiro, estilo rococó, exuberantemente ornamentado com os habituais elementos naturalistas, armorejado com o escudo de S. Jerónimo – contribuirá para alcançar esse desiderato e, ao mesmo tempo, servirá o propósito de contribuir, de certo modo, para a preservação do riquíssimo património arquitectónico de Évora, responsável pelo título de Património Cultural da Humanidade com que a UNESCO, merecidamente, galardoou a cidade, em 25 de Novembro de 1986, aliás, a primeira em Portugal a ser assim considerada.

Para evocar a origem, a riqueza arquitectónica e artística e os usos de que o *Palácio Barahona* foi objecto ao longo dos sucessivos tempos históricos, foi convidado o Sr. Dr. Joaquim Palminha Silva – figura Ilustre da cultura eborense, reputado Historiador, com vasta obra de pesquisa publicada, ligada sobretudo à História, e colaborador, desde muito jovem, na imprensa regional e nacional e em revistas da especialidade – que imediatamente se disponibilizou.

A marca do saber que o texto ostenta, conferida pela pena de Joaquim Palminha Silva, constitui firme garantia da qualidade científica da obra.

A ilustração iconográfica é fruto do trabalho dos exímios fotógrafo Sr. Jerónimo Coelho e *designer* Sr. Nuno Abreu.

A obra (modesta em volume) agora editada é a consentida pelo tempo que nos separa da inauguração oficial e pela magreza do orçamento do Tribunal.

Constitui ela o primeiro capítulo de um projecto mais ambicioso que tem como conteúdo a ampliação do tema nela versado complementado com a história da Relação de Évora.

É minha convicção que a obra agora dada à estampa, ainda que modestamente, contribuirá para reforçar o prestígio da Relação de Évora, tributário do trabalho, da dedicação, da generosidade e da excelência das qualidades dos Ilustres Presidentes que me antecederam e dos Distintos Magistrados e Funcionários que nela prestaram ou prestam serviço.

Évora, 28 de Janeiro de 2008,

Manuel Cipriano Nabais, *Presidente da Relação de Évora*

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE ÉVORA NO PALÁCIO BARAHONA

Joaquim Palminha Silva

HISTORIADOR

O *Tribunal da Relação de Évora* foi inicialmente instalado no Largo das Alterações (1/10/1973), em casa nobre sobranceira à torre dita de «homenagem» na muralha da Porta de Alconchel, edifício fidalgo já no século XVI e, depois, acentuadamente no século XVIII, com piso térreo e andar nobre, então típico da época joanina.

Herdeiro da «Casa do Cível» (*Ordenações Afonsinas*), o actual *Tribunal da Relação de Évora* tornou a mudar de casa, como soe dizer-se, reinstalando-se no edifício que a cidade conhece há um século como «*Palácio Barahona*». Tem, pois, um institucional inquilino desde o dia 26 de Novembro de 2007, o edifício imaginado e projectado na segunda metade do século XIX pelo arquitecto-cenógrafo italiano Giuseppe Luigi Cinatti, para servir então de residência nobre e cidadina ao abastado lavrador José Maria Ramalho Dinis Perdigão (1830-1884). O *Tribunal da Relação de Évora* ocupa, portanto, como inquilino, de legítimo entendimento cultural, histórico e institucional o «*Palácio Barahona*»!





Erguido à porta da cidade, no Rossio de S. Brás, tomando-se de imprevisto e ostensivo fôlego, o edifício arrebatava-nos ainda hoje com sua singular implantação, na que foi a mais marcante entrada da cidade a partir da segunda metade do século XIX.

Uma vez desembarcado do comboio e vindo da estação dos caminhos-de-ferro (sul-sueste) a caminho da cidade, o escritor Fialho de Almeida (in *Estâncias de Arte e de Saudade*) não deixou de reparar na «*construção do cenógrafo Cinatti*», chamando-lhe, nos finais do século XIX, «*a mais elegante casa moderna da cidade*».

Não se conhecem documentos sobre a contratação de Giuseppe Luigi Cinatti pelo lavrador, nem tão pouco se encontrou até hoje qualquer esboço ou projecto do palácio. Sabemos que o seu proprietário, destacado representante dos grandes agrários de todo Alentejo, em plena e bem sucedida ascensão económico-social e afirmação cultural, era considerado pelos obituaristas no ano da sua morte e seguintes (jornal *Sul*, nº316, 1884; *Commercio e Indústria*, nº98, 1887), «*simples lavrador*», embora capaz de «*arrojo*» e «*activa e inteligente direcção*» na lavoura. Todavia, parece que todos concordavam que não possuía «*uma vasta ilustração literária*».

Na verdade, a carteira de empreendimentos de José Maria Ramalho Dinis Perdigo, colocava-o como principal promotor e accionista do Banco Eborense e da Companhia Fundadora do «Teatro Garcia de Resende».

Com o tempo, outro sopro cultural deveria ter adquirido o lavrador que, para além de pretender luxuosa habitação em Évora, entendeu afirmar o seu valor em matéria de estilo extravagante, bem como de mentalidade a denunciar estendedoiros livrescos, contratando para a construção do palácio a Giuseppe Luigi Cinatti, cujo trabalho na época era bastante apreciado e disputado pela aristocracia e alta burguesia da capital.

Esta contratação de Cinatti deve ter acontecido provavelmente nos anos 50 do século XIX, fazendo fé no *Livro nº 66 das Actas da C.M.E., 1854-1857*. Mais exactamente, na acta da sessão da Câmara Municipal de 12 de Maio de 1856, onde se registou o deferimento de um requerimento para troca de terreno, numa propriedade denominada Quinchoso por outro terreno no Rossio, escrevendo-se no respectivo «Livro das Actas» que isso tinha por objectivo possibilitar ao lavrador a edificação de residência nesta área da cidade. Diga-se de passagem, que a constante troca de terrenos entre o lavrador e a Câmara Municipal de Évora, acabou por se concluir com



vantagem maior para o palácio, aumentando-lhe o espaço de ajardinamento...

Em 1859, compulsando o citado «Livro das Actas» da CME, ficamos a saber que José Maria Ramalho Dinis Perdigão já tinha *«empreendido a edificação duma casa nobre na rua do paço»*, que o redactor municipal definia como *«obra dispendiosa»*.

Debaixo da luz tradicionalista da urbe, a construção da casa parecia tocar-se dum halo de inédito, vaporoso, ultra-romântico, algo que, bem se via, sobrenadava acima da terra e do tempo...

O palácio marcava uma situação não só curiosa, mas também surpreendente para a arquitectura da cidade, como se se estivesse a edificar uma residência real.

O projecto de Cinatti para o palacete de José Maria Ramalho Dinis Perdigão, na sua volumetria, *grosso modo*, não foi muito diverso do mesmo tipo de obras realizadas pelo cenógrafo-arquitecto em Lisboa. Mas há quem pense que a ambição aqui foi bem outra. Isto é, o palácio apareceu em Évora como uma espécie de “monografia” da “modernidade”, se nos é permitido o termo, de renovo da história arquitectónica local, e mais que estudado e judicioso projecto, o cenógrafo-arquitecto deixou a imaginação escorregar-lhe para “labirintos” de reconstituição, desenhos especiosos ou “arquitectura de interiores”, evidenciados sobretudo nos belos estuques, de todo inéditos na cidade... Tudo coisas que seriam, logo a seguir, capítulos judiciosos da sua arte e estadia em Évora.

Por exemplo, no jardim desenhado-edificado-plantado, se assim podemos dizer, face ao palácio e em terrenos que o lavrador doou à Câmara Municipal de Évora, para aí ser construído um *«passeio público»* (jardim público) que, disseram os contemporâneos, chegou a ultrapassar o *«passeio»* da Estrela (Lisboa), em imaginosas e românticas evocações...

Assim, palácio e jardim público estão tabelados, não há que lhes fugir!

Escrevendo sobre o cenógrafo-arquitecto, quando da inauguração do *«elegante coreto»* no *«jardim municipal»*, o jornal *O Manuelinho d'Évora* (nº382, 20/5/1888), numa sintética prosa de imprevisito fôlego ou rápida espiral de homenagem, intitulada *«José Cinatti»*, entrega-nos esta mão-cheia de informações: *« Em 1863, vindo a Évora o sr. José Cinatti dirigir a obra do palácio do sr. José Ramalho, prestou-se a instâncias d'este cavalheiro para dirigir também a construção do passeio. Aceitou a camara tão valiosa offerta, e no mez de março d'aquelle*



mesmo anno se deu principio á obra do passeio, a qual, pelas excellentes condições que oferecia a uma phantasiosa imaginação de artista, para combinando-as produzir maravilhosos effeitos, se tornou predilecta ao sr. Cinatti. Por muitas vezes veio de proposito a Évora, demorando-se dias para dirigir e activar trabalhos, além de remeter de Lisboa os desenhos necessarios, e muitas arvores e arbustos para se plantarem, e tudo desinteressadamente».

Isto é, atendendo às datas e desempoeirando particularismo documental exagerado que, de resto, pouco pesam no conjunto da nossa história, o cenógrafo-arquitecto Giuseppe Luigi Cinatti deveria à época balançar a sua imaginação, rodopiar o seu trabalho e voltear as suas capacidades de grande produtor de arte, dividindo-se entre o palácio e jardins anexos do abastado lavrador, e o «*passeio público*» propriamente dito, entretanto já de propriedade municipal...

Aqui está a razão porque dizemos que um e outro projecto estão tabelados... De resto, basta olhar para o palácio e seus espaços verdes, bem como para o jardim público para se ver logo um “fogo” incombustível que, vindo do recente passado histórico, acaba por irradiar para a atmosfera uma irmandade entre os dois projectos, criando em nós harmonioso e calmo estado de espírito a que um cântico de ave, de água corrente, de árvore a estalar ao vento e ao sol, ajudam a preparar cada um para receber condignamente as atribulações deste mundo, desembainhando às vezes um frenesim anti-social, que é bom saber conjurar a tempo e horas, sob risco de se perder a luz e o próprio mistério da vida...

A edificação do palácio, ao tempo de José Maria Ramalho Dinis Perdigão, esteve sujeita às circunstâncias do terreno, e compreendia os alçados sul e nascente parasitando a própria muralha da cidade, em local onde se erguia a continuação do baluarte do Príncipe (construção da 2ª metade do século XVII).

O facto, é que a linha da fortificação reprimiu o edificio e, assim, só a ala norte, livre dessas velhas muralhas, cresceu mais livremente. Mercê de informes de vária procedência, somos esclarecidos de que os espaços estadeavam-se a partir de um pátio interior, naturalmente com jardim de desenho tradicional que, nos anos 60 do século XIX, tinha ao centro um “moderno” *kiosque*.



Marchando na esteira dos cronistas do século XIX, cujo reportório da descrição do palácio é mais farfalhado que os campos de trigo das lavouras do senhor José Maria Ramalho Dinis Perdigão, ficamos a saber que o acesso ao 1º andar, onde se estendiam as salas e salões nobres (de recepção, de baile, aposentos privados, etc.), se fazia e ainda faz por salomónica escadaria (cuja feição original ainda se conserva!), esclarecida por três grande janelas. Entretanto, a ala norte do edifício parece que estava reservada para habitação e privacidade do casal.

A distribuição das diversas dependências do palácio, devido à maneira como foram concebidas, permitem-nos supor uma hierarquia entre os espaços de intimidade familiar, corredores e ligações alternativas entre divisões, e espaços próprios para os alojamentos das visitas (talvez a ala sul do palácio), naturalmente também beneficiados com a privacidade possível.

Os espaços de convívio social (salão de baile, salão de jogo, sala de fumo e convívio) distinguem-se pela decoração e, segundo os cronistas mundanos que ao tempo descreveram o interior do edifício, tanto no mobiliário como na decoração e riqueza de materiais utilizados, o palácio ultrapassava tudo o que até então se havia visto em Évora como habitação de “marido e mulher”, ainda que proprietários abastados e grandes latifundiários.

O acesso ao jardim do palácio, feito por amplo e escorreito corredor, apresenta do lado de fora uma obra magnificamente incongruente, mas que só Giuseppe Luigi Cinatti, sem recalçados engulhos históricos, muita paciência e génio feliz, podia conseguir: - Falamos do magnífico portal, de exuberante desenho em mármore branco (de Estremoz?), estilo rocóco, provavelmente datado dos finais do reinado de D. José I.

Veio este portal enriquecer artisticamente o lado nascente do palácio, retirado (adquirido por compra?) do Convento de Santa Maria do Espinheiro, bem como uma enorme gárgula de origem calcária, figurando dois leões que parecem brincar (sendo o leão inferior híbrido, com cauda de peixe). Esta gárgula, que corre risco de se desgastar sem necessidade, e se supõe dos séculos. XVI/XVII, está desde há muitas décadas aplicada num anódino tanque no pátio em frente ao átrio do palácio.

Finalmente, a edificação do palácio de José Maria Ramalho Dinis Perdigão, que deve ter continuado após a sua morte, além de uma área descoberta de 5.000 m². (jardim, horta e pomares), implicava um edifício com 1.054 m². de área coberta, com um piso térreo que, inicialmente,









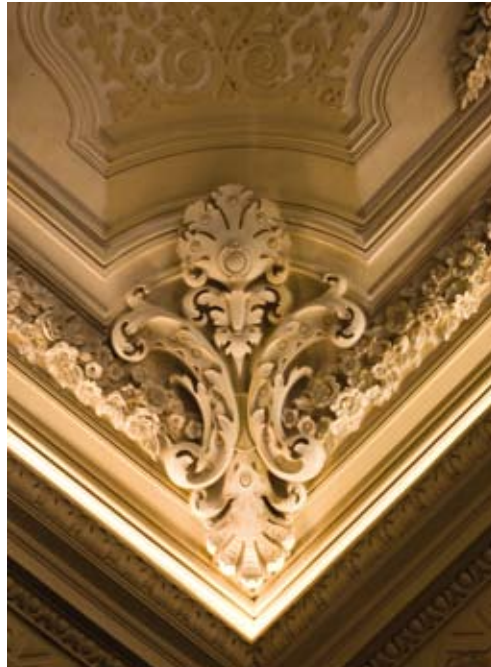
incluía 9 divisões, além de cocheiras, cavalariças, picadeiro e outras divisões, um 1º andar com 19 divisões (incluindo grande cozinha ou cozinhas?), salões, despensas e outras dependências para serviços vários, um 2º andar com 15 divisões e um 3º andar com 5 cinco divisões. Segundo o projecto de Cinatti, o palácio poderá dar-se quase por concluído em finais da década de 70 do século XIX.

Na verdade, Guiseppe Luigi Cinatti, cenógrafo-arquitecto do Teatro de S. Carlos (ópera), cidadão italiano nascido em Siena (1808), que ainda viu sua filha Cleyde Maria Margarida Cinatti casar (17/2/1876) com Alfredo Christiano Keil (maestro **Alfredo Keil**, compositor do nosso hino nacional, **A Portuguesa!**), veio a falecer a 23 de Julho de 1879. No entanto, o cenógrafo-arquitecto que traçou a Quinta das Laranjeiras e as decorações interiores do Palácio das Necessidades (Lisboa), além das obras que aqui produziu, ainda viveu a tempo de assistir à louvável atenção da Câmara Municipal de Évora, quando presidida por Francisco Barahona, que lhe ofereceu a medalha de ouro da cidade com as armas de Évora numa face e, na outra, a legenda «**Ao artista José Cinatti a cidade de Évora reconhecida**».

Com o falecimento de José Maria Ramalho Dinis Perdigão (1884) e o casamento (segundas núpcias) em Évora da sua viúva (1887), D^a. Inácia Angélica Fernandes Ramalho com o bacharel em Direito (1866) Francisco Eduardo de Barahona Fragoso Cordovil da Gama Lobo (filho do conde da Esperança), proprietário, lavrador natural e residente até então em Cuba, o palácio erguido à entrada da cidade, no Rossio de S. Brás, ganhou uma nova personalidade, avultadíssima em cabedais artísticos, e outras aquisições de grande monta para a época. Enfim, o casal não parece ter olhado a gastar para recheiar a principesca residência imaginada pelo cenógrafo-arquitecto Giuseppe Luigi Cinatti.

Talvez com a paixão a que o moveu o enlace matrimonial ou porque isso estivesse na raiz da sua formação académica e artística, Francisco Barahona (nome naturalmente abreviado que passou a identificá-lo) cujo governo do palácio repousava todo sobre os seus ombros, deve ter resolvido reeditar as estupendas mutações artísticas e tradições renascentistas que casas nobres da velha cidade haviam conhecido.

Desta mesma opinião foi António Francisco Barata, que assinou um folheto panegirista sobre Francisco Barahona (**Á Posteridade**, 1891) sob pseudónimo de D. Bruno da Silva. Aí, no esboço biográfico do homenageado (que acabava de doar o «Teatro Garcia de Resende»



ao Município!) não encontrou imagem mais sedutora do que a sumarenta comparação de que «o senhor Dr. Francisco Barahona» tem «*sido e continua a ser em Portugal o que foram Pericles e Lourenço de Medicis na protecção ás artes e a seus cultores, na Grecia douta e na Italia artistica*». O inextinguível braseiro de arte e visitas célebres, bem como o espírito empreendedor e ousado de Francisco Barahona, nascidos no interior de um insólito palácio no coração da pachorrenta e adormecida cidade nos finais do século XIX, deveriam produzir estas exageradas e literárias voluptuosidades aos cronistas mundanos da urbe...

Fosse como fosse, a certa altura da sua escala na vida do tecido urbano da cidade e na viragem do século XIX para o XX, o edifício começou gradativamente a ser denominado «**Palácio Barahona**». Assim foi arrematada a sua identidade, numa brochurinha de circunstância, modestamente chamada *Atravez a Cidade de Évora*, da autoria de Caetano da Camara Manoel, impressa em Évora no ano de 1900 e, mais tarde, Túlio Espanca (in *Inventário Artístico de Portugal*, t.VII, 1966) também assim lhe chamou!

Pelo menos até 1891, uma vez riscada a linha circundante de casas nobres e palácios de Évora semi-arruinados, o «**Palácio Barahona**» era o melhor, o mais capaz e mais sugestivamente romântico edifício, com área suficiente de salas e salões disto e daquilo, bem como seus mordomos a preceito, quartéis de empregados domésticos e estábulos, revestimentos de proporções e comodidade, a “quem” se poderia incumbir o encargo de albergar as visitas reais a Évora.

Na charneira do século XIX para o XX, estiveram hospedados neste palácio, de visita ou passagem curta por Évora, o rei D. Luís, a rainha Maria Pia de Saboya e o filho, o infante D. Afonso, duque do Porto. Em Maio de 1889, foram suas visitas o rei D. Carlos e a rainha D. Maria Amélia de Orleans. Para além de monarcas, príncipes e personagens de revestimento aristocrático, foram visitas do «**Palácio Barahona**» outras figuras de elogio público (escritores, artistas plásticos, políticos em hora de sucesso, etc.).

Os tectos apainelados em castanho ou bom carvalho, o arzinho de remoto Renascimento de portadas e obras de arte, devem ter escutado as mais diversas e interessantes conversas, todas ou quase presididas Francisco Barahona, como competia a um homem de pro, ostentando já no seu activo de benemérito uma boa soma de obras de indiscutível utilidade pública que, ainda hoje, lhe demarcam a memória no seio dos habitantes de Évora.



As extasiadas e enternecedoras descrições com que historiógrafos e cronistas memoram os serões que gastaram com Francisco Barahona a apreciarem o palácio e as coleções de obras de arte nele contidas, fazem-nos imaginar “a páginas tantas”, os olhos a doerem-lhes sob a chama reverberada do gás pelo cobre dos grandes lustres das salas e salões, com as almas já de todo cansadas, como que encadeadas de tantos e tantos arabescos pintados a fresco e estuques artísticos, a galigrafia geométrica e especiosa dos móveis, a chamada “arquitectura de interiores” e, além do mais, consoante a lógica das coisas invulgares para o tempo e a cidade, a fantasia a acender-se aqui e ali em obras-primas dos nossos melhores pintores e escultores da época.

Em 1891, António Francisco Barata na sua prosa espapaçada de panegirista, dá-nos este arrolamento muito sintético das preciosidades do «**Palácio Barahona**»: «**Já lhe adornam as salas quadros dos melhores pintores modernos; já uma formosíssima estatua da Puberdade, do cinzel de Simões Almeida, e em breve de Alberto Nunes, a do poeta Bernardim Ribeiro, talvez seu antepassado pela casa do Torrão, lhe hão de embellesar o palacio de sua residencia, bem como uma colecção de bustos em marmore, dos nossos poetas e prosadores contemporaneos.**

Moveis novos de preciosas madeiras; restaurações de obras antigas; trabalhos perfectos em prata e ouro; decorações de janellas, tudo, ou quasi tudo, enfim, que lhe ornamenta as salas, obras são de artistas nacionaes.». Em suma, na sua prosa compreensivelmente empolada, o nosso cronista concluiu: «**Taes são os primeiros limeamentos do retrato moral do primeiro cidadão de Évora, em nossos dias.**». Queria ele dizer em 1891, nos finais do século XIX... Entretanto, convém frisar que o autor do folheto não esqueceu os objectos de ourivesaria, no caso concreto a «**baixela Barahona**», só desenhada posteriormente por Columbano Bordalo Pinheiro, em 1894.

Como ele sempre recusou aceitar um título nobiliárquico, o monarca resolveu conceder-lhe as honras de **oficial-mor da casa real** em 1899, pretendendo com este gesto agraciar o altruísmo de Francisco Barahona, mas o facto é que este adensado titulo acabou por ficar ignorado face ao monumento que, por subscrição pública e iniciativa do Município, veio a ser erigido no Jardim Conde de Shomberg (vulgo “jardim Diana”). Falamos do monumento com o seu busto em bronze, da autoria de Simões de Almeida e António Ribeiro, tendo como figura simbólica uma mulher figurando a **Liberalitas Julia** (Évora), inaugurado oficialmente a 7 de Junho de 1908. Monumento que nos recorda hoje o homem e aponta à posteridade o seu exemplo de espírito liberal e culta cidadania!



Em 1900, e numa escala ascensional, a bússola do abastado proprietário, mecenas e diletante d'arte, continuava a orientar o «**Palácio Barahona**».

Fazendo fé no folheto intitulado *Atravez a Cidade de Evora*, espécie de prestação de contas que o fanático amante da cidade, Caetano da Camara Manoel, resolveu pesar na balança do seu inventário de preciosidades, ficamos a saber que o «**Palacio Barahona e as suas dependências**», além de situado no tecido da toponímia urbana que convinha delimitar «*pelas ruas do Paço, rua de Eborim, de Cicioso e da Rampa, e pelas muralhas da cidade.*», mercê dos primores de inteligência e cópia exuberante de amor pela arte do seu proprietário, era digno «*de atenção n'elle, pela sua belleza e riqueza: o salão de baile com seus bellos estuques e pinturas; seu lustre monstro e seus grandes candelabros de cobre dourado; o salão de recepção com seus candelabros de Sévres, e uma grande bacia do Japão; salão das Bellas-Artes, com quadros, desenhos e esculpturas de auctores nacionaes, notando-se: aguarella de Sua Magestade a Rainha D. Amélia; desenho da Exm^a. Sr^a. D. Ignacia Angelica Fernandes Ramalho de Barahona; aguarellas de Casanova; quadros de Bordallo; de Ramalho; etc.; estatuas, em marmore branco, do Pudor; da Juventude (Daphne e Chloé); de Bernardim Ribeiro; todos de inexecdível execução; bustos, em marmore branco, de Antero do Quintal; Teixeira d'Aragão; Oliveira Martins; e de Manuel Bento de Sousa; busto em bronze de Rodrigo da Fonseca Magalhães, etc.*

Na fachada do lado do jardim se nota um lindo portado de marmore branco que pertenceu á portaria do convento do Espinheiro.».

Cerca de um ano depois, uma rápida, curiosa e pitoresca descrição do «**Palácio Barahona**» é-nos dada pelo pintor e crítico de arte José Queirós (1856-1920), pioneiro dos estudos sobre cerâmica portuguesa. A visita do edifício, ainda que não nos renda grosso inventário, deve ter produzido ao narrador profunda sensação, (in *Da Minha Terra: Figuras Gradadas*, 1909)!

Na verdade, «*numa fria madrugada de fevereiro de 901*», José Queirós deslocou-se à estação dos caminhos-de-ferro, de forma a receber Joaquim de Vasconcelos e sua mulher, a erudita D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, que vinham visitar Évora sem nenhuma receita extraordinária e, por conseguinte, contavam com José Queirós como seu guia. A nossa transcrição serve apenas para dar conta da admiração dos visitantes e do narrador desta jornada que, entretanto, foram recebidos por Francisco Barahona. José Queirós fala-nos da «**Manisola – vi-**



venda e bibliotheca do Visconde da Esperança, 30.000 volumes, illuminuras gothicas, manuscritos e muita amabilidade do proprietario» e a seguir, incapaz de resistir, canta-nos esta ária fim-de-século sobre a «[...] Casa do Dr. Barahona – quadros e marmores de artistas portugueses, outros objectos d’arte e um rarissimo tapete persa, tecido em seda, com bicharia, dois metros por um de largo (pouco mais ou menos), em que tive o prazer de pôr os meus pés e que valia a bagatella de vinte contos de réis.».

Se a prosa de José Queirós não nos ajuda muito, apesar do seu datado primor, a visionar os requintes de arte e excentricidades do «**Palácio Barahona**», deixou-nos este prólogo avulso que, na segunda metade do século XX, através do historiógrafo e erudito eborense Túlio Espanca, acabou por ter uma personalizada dedicatória, se assim podemos dizer: «**Foi a última grandiosa residência fidalga de arquitectura civil que se levantou na cidade** [...]»!

Este “banquete” de arte ou convite a apreciar o bom gosto fim-de-século, iria permanecer inalterável na cidade, infelizmente, por poucos anos...

Sabemos que o proprietário do «**Palácio Barahona**», isto é, o próprio Francisco Barahona, ainda “acrescentou” mais obras de arte ao interior do edifício, segundo o gosto naturalista de inspiração romântica e literária, muito específico de um intelectual da época. Assim, o pintor simbolista António Carneiro (1872-1930) foi contratado para decorar a fresco o vestibulo de entrada, com motivos dos arruamentos onde na época se enquadrava o edifício. Porém, sobre todos estes frescos, para o alçado principal da escadaria nobre, avulta um monumental painel a óleo, da autoria do mesmo António Carneiro e datado de 1902, de paradigmático tema histórico, a festejar a libertação de Évora durante a guerra da Restauração, representando a «**Reconquista de Évora aos espanhóis pelo Conde de Vila Flor em Junho de 1663**»...

Estamos em crer que era próprio do carácter deste abastado mecenas e homem de Cultura, exhibir aos olhos das visitas da residência a sua concepção de patriotismo, bem como o seu apego aos preceitos liberais da época, aliando-se, assim, ao título de *Liberalitas Julia* (século I da nossa era), com que o imperador romano Júlio César resolveu dignificar a cidade de Évora!

Afinal de contas, mentalidade cultural que seus contemporâneos compreenderam muito bem e, como rigorosos polígrafos, vieram a colocar no seu monumento, em 1908.

Falecido Francisco Barahona em 1905, por sua decisão testamentária, todas as



esculturas (e outras obras de arte avulso), bem como obras de pintura existentes no «**Palácio Barahona**» foram legadas à Biblioteca Pública de Évora. O testamento, porém, tinha uma disposição que obrigava os seus executores a cumprir: - Todo o acervo artístico só seria entregue após a morte de sua mulher, o que fez com que a doação só tivesse lugar em 1923... Todavia, já em favor do Museu de Évora, entretanto fundado em 1915.

Todo um quotidiano romântico e de arte naturalista, onde os costumes e as mentalidades se pautavam pela inteligência e por uma ética liberal, discreta, apanágio de um intelectual fim-de-século, cujo patriotismo assentou raízes no culto da História e no amor da Arte, tendo como retiro de reflexão e diálogo o seu «**Palácio Barahona**» e como fonte maravilhosa e inspiradora o seu jardim; todo este quotidiano, dizíamos, caducou nas primeiras décadas do século XX...

A instalação da sede de «A Pátria», «Sociedade Alentejana de Seguros» no «**Palácio Barahona**», na primeira metade do século XX, com a sua fabulosa fábrica de «receitas», «movimento líquido» e «volume de negócios», a sua prodigiosa arquitectura de *guichet*, para atendimento do público, tinha exigências interiores que, naturalmente, reclamavam alguma mutilação dos espaços... De tudo isto resultou alguma descaracterização interior do «**Palácio Barahona**» e, até, aconteceu o escusado desleixo pelo espaço do jardim... Depois, pelo Decreto/Lei 528/79, de 31 de Dezembro, que estabeleceu a fusão jurídica de todas as empresas nacionalizadas, à «Mundial Confiança, EP», vem fundir-se «A Pátria», terminando assim o «**Palácio Barahona**» como sede daquela seguradora e, mais uma vez, vivendo o seu interior pequenas contrariedades decorativas e ou arquitectónicas.

Parece-nos que este foi o tempo da história carpideira lhe rezar o *de profundis*... Tempo esse que, felizmente, estamos em crer que expirou.

Convencemo-nos que muitas vezes temos de alijar alguns lemas, técnicas e critérios históricos de ontem... Em 26 de Novembro de 2007, o «**Palácio Barahona**» iniciou uma vida nova!

Enfim, tudo o que nos ficou da idealização romântica que foi o «**Palácio Barahona**» tem agora um novo sopro de vida, enquanto tiver como seu institucional inquilino o **Tribunal da Relação de Évora**, que pode de novo irmaná-lo no lugar ao sol no seio do tecido urbano da velha cidade onde está bem acomodado.

Bibliografia Consultada

- A Cidade de Évora, artigo de Celestino David, «O Grupo Pró-Évora», Boletim da Comissão Municipal de Turismo, nº 7-8, Ano II, Junho-Setembro de 1944.
- Arquivo Distrital de Évora, Livro nº 66 das Actas da C.M.E., 1854-1857; Livro nº 67 das Actas da C.M.E., 1857-1859; Livro nº 68 das Actas da C.M.E., 1859-1861.
- Atravez a Cidade de Evora ou Apontamentos sobre a Cidade de Evora e seus Monumentos, Caetano Camara Manoel, edição de Évora, 1900 .
- Á Posteridade, Esboços Biographicos dos excellentissimos esposos Francisco Eduardo de Barahona Fragoso e D. Ignacia Angelica Fernandes de Barahona, Dadores ao Municipio de Évora do Theatro Garcia de Resende, Homenagem de D. Bruno da Silva, edição de Lisboa, 1891.
- Da Minha Terra: Figuras Gradadas, Impressões de Arte, José Queirós, Lisboa, 1909.
- Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portugueses, 3 Volumes, I.N.-C.M., 1899-1922; reedição com introdução de Pedro Dias, Lisboa, 1988.
- Dicionário de História de Portugal, dirigido por Joel Serrão, 4 volumes, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1971.
- Estâncias de Arte e de Saudade, Fialho de Almeida, s./d. várias edições (1ª ed. de 1921).
- Évora encantadora, impressões, Arte-história, Celestino David, edição da Livraria Nazareth, Évora, 1923.
- Francisco Barahona, Benemérito da Cidade de Évora, edição Câmara Municipal de Évora, 2005.
- Grande Enciclopedia Portuguesa e Brasileira, Editorial Enciclopedia, Lisboa, s./d. .
- Guiseppe Cinatti (1808-1879). Percurso e Obra (dissertação de Mestrado em História da Arte de Joana Esteves da Cunha Leal), Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1996.
- Inventário Artístico de Portugal, Concelho de Évora, I volume, Túlio Espanca, edição da Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa, 1966.
- Lello Universal, Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro, 2 volumes, Porto, s./d. .
- Mundial Confiança, 1913-1988, Fernando Marques da Costa, edição de Lisboa, 1989.
- O Alentejo no Século XIX, Economia e Atitudes Económicas, Helder Adegar Fonseca, I.N.-C.M., 1996.
- O Recinto Amuralhado de Évora, Miguel Pedroso de Lima, edição de Évora, 1996.
- Risco de um Século, Memórias da Evolução Urbana de Évora, (catálogo de exposição) coordenação e comissão geral, Cármen Almeida, edição da Câmara Municipal de Évora, 2001.
- O Manuelinho d'Evora, vários números do jornal, de 1881 a 1900.



Edição
Tribunal da Relação de Évora

Pesquisa e Redacção
Joaquim Palminha Silva

Fotografia
Jerónimo Coelho

Fotografias das pág. 8 e 15
**Arquivo Municipal CME,
Colecção Grupo Pró-Évora**

Produção
**Boutique, Agência de
Comunicação**

Direcção Criativa
Nuno Abreu

1.ª Edição
Fevereiro 2008

Distribuição gratuita

